

# BOLETIM DE CONJUNTURA

**DIEESE**

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE  
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 44 – Outubro de 2024



Imagen Freepik

## CENÁRIO FAVORÁVEL, APESAR DAS ADVERSIDADES

A economia brasileira tem apresentado dinâmica favorável nesse período pós-pandemia: cresce positivamente, mesmo com instabilidades no cenário externo e política monetária prejudicial ao avanço da atividade econômica interna.

Se considerado o ano de 2023, o mercado externo foi fundamental para elevar o crescimento do PIB acima do previsto. Em 2024, houve mudança: o mercado interno tem sido a fonte de força da economia, o que estimula a ampliação dos investimentos e, mesmo com o aumento das importações, ainda há cenário favorável na balança comercial. Os preços seguem comportados, no acumulado até setembro de 2024, dentro dos limites definidos pelo sistema de metas de inflação, e não há indicativos de instabilidade nesse quadro nos próximos meses. O mercado de trabalho, que gera emprego e renda, e o aumento do salário mínimo sustentam essa dinâmica.

Porém, apesar de reconhecer que o atual crescimento econômico em 2024 é muito mais sustentável do que o vinculado a uma maior dependência do cenário internacional, como em 2023, a intensidade desse crescimento nos últimos anos tem sido aquém do pleno potencial. Isso ocorre porque, apesar da estabilidade de preços, o Banco Central insiste em uma política monetária que mantém os juros altos, a segunda maior taxa real do mundo (descontada a inflação)<sup>1</sup>, e provoca efeitos negativos ao encarecer o crédito e desestimular investimentos, impedindo um avanço maior da economia a partir do mercado interno. E essa dinâmica promove não somente crescimento menor que o pleno potencial da economia brasileira, mas também impede a concretização da expansão da capacidade

<sup>1</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/microeconomia/com-selic-em-1075-brasil-se-consolidado-como-2-pais-com-maior-taxa-de-juros-reais-do-mundo/>

produtiva da economia, aumento das receitas fiscais, criação de mais e melhores postos de trabalho, além de prejudicar as negociações coletivas.

Somente a partir do alinhamento da política monetária do BC às necessidades futuras da economia brasileira e da compatibilidade com o quadro atual, é que será possível superar as sequelas da deterioração econômica vivida pelo país entre 2015 e o fim da pandemia.

## PIB surpreendente

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a economia brasileira cresceu 3,3% no segundo trimestre de 2024, na comparação com o mesmo período do ano passado. Esse resultado superou a maioria das expectativas, que apontavam um avanço em torno de 2,7%. Em relação aos primeiros três meses do ano, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,4%.

Na comparação anual, a indústria avançou 3,9% e o setor de serviços, que responde por quase 70% do PIB, cresceu 3,5%. Na agropecuária, houve recuo de 2,9% na comparação anual, resultado da menor produção de soja e milho devido às condições climáticas. Falta de chuvas na região Centro-Oeste e altas temperaturas, que encurtaram o ciclo de algumas lavouras, derrubaram a produtividade. Segundo o IBGE, alguns produtores tiveram de fazer replantio de algumas culturas, como a soja. Outros optaram por aumentar a área de algodão, cuja produção está batendo recorde em 2024, com alta de quase 10% no nível de produção em relação ao ano passado. Essas condições não afetaram da mesma forma a pecuária e outras culturas agrícolas, que apresentaram bom desempenho no período, como os já citados casos do algodão e do café.

Em valores correntes, o PIB totalizou R\$ 2,89 trilhões no trimestre, 6,4% acima do valor verificado nos primeiros três meses do ano (R\$ 2,71 trilhões) e 6,9% do total obtido no segundo trimestre do ano passado (R\$ 2,7 trilhões). Conforme a Tabela 1, no segundo trimestre de 2024, na comparação com o mesmo período do ano passado, o consumo das famílias se ampliou em 4,9% e a formação bruta de capital fixo (FBCF) cresceu 5,7%. Esses fatores foram fundamentais para o resultado geral do PIB no período, acima das expectativas “do mercado” (Boletim Focus do Banco Central).

## Produto Interno Bruto - PIB do Brasil

| Variação - %                   | Frente Ao Período Anterior Com Ajuste Sazonal |           |           |           | Frente Ao Mesmo Período do Ano Anterior |           |           |           |            |
|--------------------------------|---|-----------|-----------|-----------|---|-----------|-----------|-----------|------------|
|                                | 3º tri/23                                     | 4º tri/23 | 1º tri/24 | 2º tri/24 | 3º tri/23                               | 4º tri/23 | 1º tri/24 | 2º tri/24 | Jan-Jun/24 |
| PIB                            | 0,1   | 0,2       | 1,0       | 1,4       | 2,0                                     | 2,1       | 2,5       | 3,3       | 2,9        |
| <b>Ótica da Oferta</b>         |   |           |           |           |   |           |           |           |            |
| Agropecuária                   | -3,2  | -7,8      | 11,1      | -2,3      | 8,8                                     | 0,0       | -3,0      | -2,9      | -2,9       |
| Indústria                      | 0,7   | 1,3       | -0,1      | 1,8       | 1,0                                     | 2,9       | 2,8       | 3,9       | 3,4        |
| Transformação                  | 0,5   | 0,2       | 0,9       | 1,8       | -1,5                                    | -0,5      | 1,5       | 3,6       | 2,6        |
| Serviços                       | 0,4   | 0,5       | 1,4       | 1,0       | 1,8                                     | 1,9       | 3,0       | 3,5       | 3,3        |
| <b>Ótica da Demanda</b>        |   |           |           |           |   |           |           |           |            |
| Consumo das Famílias           | 1,2   | -0,3      | 2,5       | 1,3       | 3,3                                     | 2,3       | 4,4       | 4,9       | 4,6        |
| Consumo do Governo             | 0,9   | 0,9       | 0,1       | 1,3       | 0,8                                     | 3,0       | 2,6       | 3,1       | 2,9        |
| Formação Bruta de Capital Fixo | -1,8  | 1,3       | 3,8       | 2,1       | -6,8                                    | -4,4      | 2,7       | 5,7       | 4,2        |
| Exportações                    | 2,9   | 0,0       | 0,4       | 1,4       | 10,0                                    | 7,3       | 6,5       | 4,5       | 5,4        |
| Importações                    | 0,6   | 0,9       | 4,5       | 7,6       | -6,1                                    | -0,9      | 10,2      | 14,8      | 12,6       |

Fonte: IBGE

A ampliação do consumo das famílias e da taxa de investimentos acima da média revela a liderança do consumo interno, em boa parte estimulada pelas políticas de sustentação da renda operadas pelo governo. Por exemplo, a política de ganho real para o salário mínimo, que garantiu em 2024 recomposição de 4,57%<sup>2</sup> ao piso nacional, exerce forte impacto no consumo, em função da influência que possui sobre o conjunto dos salários e no mercado consumidor interno do país.

Além do consumo de bens e serviços ter aumentado no terceiro trimestre (o setor de serviços também se expandiu em 3,5%, ajudando a puxar o crescimento), a FBCF (que indica quanto do novo valor adicionado da economia é investido) cresceu 5,7% no trimestre em relação ao mesmo período do ano passado. Em uma conjuntura em que o mercado de trabalho apresenta seguidos avanços e o nível de utilização da capacidade instalada opera acima da média histórica, parcela do consumo adicional tem sido suprida pelo crescimento da indústria, o que explica o crescimento do setor em 3,9% em um ano, acima do crescimento do PIB no período.

Possivelmente a indústria deverá manter melhor desempenho em razão das medidas decorrentes da Nova Indústria Brasil (NIB), plano anunciado em janeiro desse ano. A NIB, que envolve um conjunto de metas até 2033, prevê R\$ 342,7 bilhões de investimentos até 2026<sup>3</sup>. O plano define 13 instrumentos que poderão ser acionados pelo governo para

<sup>2</sup> Esse é o resultado em relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo IBGE. A política de valorização permanente, negociada pelas Centrais Sindicais com o governo, foi estabelecida pela Lei nº 14.663, de 28 agosto de 2023. A regra da política é referenciada na taxa de crescimento real do PIB de dois anos anteriores, além da variação do INPC em 12 meses encerrados em novembro do exercício anterior ao do reajuste.

<sup>3</sup> Originalmente eram R\$ 300 bilhões, mas em agosto o governo anunciou uma ampliação dos recursos em R\$ 42,7 bilhões, a partir do aumento de verbas da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e de linhas de créditos do Banco do Nordeste (BNB) e do Banco da Amazônia (Basa).

cumprir as metas<sup>4</sup>. Tudo indica que o acionamento de tais instrumentos já esteja provocando resultados no nível de crescimento do setor.

Uma parcela do crescimento da demanda foi também suprida pelo aumento das importações em 14,8%, muito acima das exportações, que se ampliaram em 4,5% em 12 meses. As exportações cresceram principalmente por causa da extração de petróleo e gás natural, da indústria alimentícia, da agropecuária e dos derivados do petróleo. Nas importações, destaque para a indústria automobilística, produtos químicos, produtos de metal, agropecuária e serviços. Como é possível observar, a balança comercial do período é ilustrativa de um problema estrutural da economia brasileira, que é o baixo valor agregado das exportações, quando comparadas às importações.

Os primeiros dados relativos ao terceiro trimestre apontam para tendência de continuidade do crescimento do PIB. Em 1º de setembro, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), que mostrou crescimento de 1,2% no mês e de 4,3% no ano. A combinação macroeconômica atual, com rendimento em alta, mercado de trabalho aquecido e inflação dentro da meta, tende a incrementar o setor de serviços em geral, por isso, é esperada uma contribuição positiva do setor para o PIB em 2024.

## Dinamismo no mercado de trabalho

Em boa medida, o desempenho do PIB está ligado ao comportamento do mercado de trabalho, que está em ritmo dinâmico. Segundo o IBGE, a taxa de desocupação (6,8%) no trimestre encerrado em julho último recuou 0,7 ponto percentual em relação ao trimestre anterior, e caiu 1,1 p.p. diante do mesmo trimestre móvel de 2023 (7,9%). Essa foi a menor taxa de desocupação para um trimestre encerrado em junho na série histórica da Pnad Contínua, iniciada em 2012. A população desocupada - mesmo ainda muito alta (7,4 milhões) - representa o menor contingente de desocupados desde o trimestre encerrado em janeiro de 2015.

Além da taxa de desocupação, o IBGE mede também a taxa composta de subutilização<sup>5</sup>. Essa taxa, ainda bastante elevada (16,2%), é a menor para um trimestre encerrado em julho,

<sup>4</sup> Compras governamentais, empréstimos, subvenções, investimento público, créditos tributários, comércio exterior, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, infraestrutura da qualidade, participação acionária, regulação, encomendas tecnológicas e requisitos de conteúdo local.

<sup>5</sup> Obtida por meio da soma da taxa de desocupação, mais a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e força de trabalho potencial (pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam

desde o início da série histórica. Da mesma forma, a população subutilizada, que soma ainda 18,7 milhões de pessoas, também foi a menor desde o trimestre móvel encerrado em dezembro de 2015, quando havia 18,6 milhões de pessoas subutilizadas.

O número de empregados sem carteira no setor privado (13,9 milhões) também foi recorde, com altas de 2,8% (mais 378 mil pessoas) no trimestre e de 5,2% (mais 689 mil pessoas) no ano, o que mantém a taxa de informalidade da população ocupada em 38,7% (ou 39,4 milhões de trabalhadores informais), estável em relação ao trimestre encerrado em abril, embora tenha havido recuo na comparação com os 39,2 % no mesmo trimestre de 2023.

A leitura dos dados da pesquisa revela que todos os indicadores do mercado de trabalho melhoraram no período analisado - ainda que modestamente - ou estão em inclinação de melhoria. Porém, ao mesmo tempo, um olhar mais cauteloso para as informações mostra a fragilidade desses indicadores. Por exemplo, o rendimento real habitual de todos os trabalhos apurados pela pesquisa (de R\$ 3.206), apesar de ter crescido 4,8% em um ano, é muito baixo, se comparado ao custo de vida. Isso fica evidente, por exemplo, na comparação com o salário mínimo necessário, calculado pelo DIEESE para os gastos de uma família composta de quatro pessoas, que em agosto ficou em R\$ 6.606,13, ou 4,68 vezes o salário mínimo de R\$ 1.412,00.

Os dados da PnadC, ao mesmo tempo em que mostram o potencial de crescimento da economia e a capacidade de resposta do mercado de trabalho nacional às medidas de crescimento econômico, revelam também limites.

## Crescimento econômico sacrificado em função dos juros

Uma das fragilidades da economia brasileira é a política monetária. Não por acaso, o crescimento anual do PIB em 3,5%, conforme os dados do segundo trimestre, surpreendeu a maioria dos analistas. De fato, é uma política monetária que poderia travar completamente a economia. Crescer com uma taxa básica de juros (Selic) de 10,75%, que configura uma taxa real de juros de 7,33%, significa verdadeiro sobreesforço da economia nacional<sup>6</sup>. Segundo estudo da Austin Rating, o crescimento de 1,4% no PIB no segundo

---

ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam potencial para se transformarem em força de trabalho).

<sup>6</sup> Disponível em [https://www.poder360.com.br/poder-economia/brasil-sobe-de-posicao-e-volta-a-ter-o-20-maior-juro-real-do-mundo/#:~:text=A%20taxa%20Selic%20passou%20de,e%20da%20Argentina%20\(40%25\)](https://www.poder360.com.br/poder-economia/brasil-sobe-de-posicao-e-volta-a-ter-o-20-maior-juro-real-do-mundo/#:~:text=A%20taxa%20Selic%20passou%20de,e%20da%20Argentina%20(40%25)).

trimestre, na comparação com os três primeiros meses do ano, colocou o Brasil em segundo lugar em uma lista 53 países<sup>7</sup>, atrás somente do Peru (2,4%). Pelo levantamento, o país empatou com Noruega e Arábia Saudita e superou Japão (0,8%), China (0,7%), Estados Unidos (0,7%), Reino Unido (0,6%), Canadá (0,5%), França (0,3%), Itália (0,2%) e Alemanha (-0,1%). O crescimento do PIB brasileiro ainda ultrapassou a média geral, 0,4%, a dos Brics, de 1,15%, e do G-7, que ficou em 0,4%. Com o PIB chegando a US\$ 2,331 trilhões, o Brasil alcançou a 8<sup>a</sup> posição no ranking mundial, à frente de países como Itália, Canadá e Rússia.

A colocação em segundo lugar no ranking de crescimento foi obtida apesar de o país ter uma das maiores taxas de juros reais do mundo, superada apenas pela Rússia (país que enfrenta uma guerra), cuja taxa é de 8,91%. Nesse ranking, vêm em seguida: México (6,52%), Turquia (4,56%), Indonésia (4,13%), Hungria (3,60%), Coréia do Sul (3,04%), África do Sul (2,79%), Hong Kong (2,66%), Colômbia (2,66%)<sup>8</sup>.

Em agosto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) apresentou queda de 0,02% e, em um período de 12 meses, chegou a 4,24%, abaixo do limite superior de 4,5%, estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O cenário era o mesmo na véspera da reunião do Copom de setembro de 2024, mas, mesmo assim, o BC elevou as taxas de juros de 10,50% para 10,75%, primeiro alta desde 2022. O Copom quer a inflação no centro da meta de 3% e as expectativas de mercado projetam inflação em torno de 4,37%<sup>9</sup> para 2024. As manifestações e os documentos<sup>10</sup> do Conselho mostraram que há receio de que a política fiscal pressione os preços, frustrando a manutenção da inflação dentro da meta estabelecida. Ao terminar setembro, observou-se alguma mudança no quadro: a inflação daquele mês subiu para 0,44%, acima do verificado em agosto, mas o índice acumulado em 12 meses permaneceu dentro dos parâmetros definidos pelo Copom, em 4,42%, ou seja, sem constituir um quadro de “descontrole inflacionário”.

Por parte do Copom permanece a preocupação com a taxa de câmbio, com os gastos sociais, com o “esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal”. O

<sup>7</sup> Disponível em [https://www.austin.com.br/Midia/03-09-2024%20Brasil%20fica%20na%20vice-lideran%C3%A7a%20em%20ranking%20de%20PIBs%20com%2053%20pa%C3%ADses%20\(O%20Globo\)/11103](https://www.austin.com.br/Midia/03-09-2024%20Brasil%20fica%20na%20vice-lideran%C3%A7a%20em%20ranking%20de%20PIBs%20com%2053%20pa%C3%ADses%20(O%20Globo)/11103)

<sup>8</sup> Fonte: MoneYou.

<sup>9</sup> Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-09/estimativas-do-mercado-para-inflacao-e-pib-permanecem-estaveis>

<sup>10</sup> Disponível em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atacopom>

Copom menciona também o cenário internacional adverso, o que causa volatilidade do mercado e pressiona o câmbio nos países subdesenvolvidos. Mas não faz referência aos gastos com a dívida pública. Segundo as estatísticas fiscais do Banco Central, no acumulado em 12 meses até julho, os juros nominais alcançaram R\$ 869,8 bilhões (7,73% do PIB). O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, atingiu déficit nominal de R\$ 1.127,5 bilhão (10,02% do PIB). Portanto, os juros da dívida são responsáveis pela maior parte do déficit nominal, o que não é considerado como problema pelo Banco Central.

É bom levar em conta que a taxa real de juros de quase 8% é a taxa básica. Os juros da dívida de pessoas físicas estão acima de 50%, para uma inflação acumulada inferior a 5%. A taxa média de juros para as empresas está em torno de 23%, o que praticamente inviabiliza o investimento produtivo. Quem dispõe de capital destina o recurso para papéis da dívida pública, com rentabilidade superior à maioria dos investimentos produtivos e sem precisar contratar trabalhadores, adquirir matérias-primas e vender o produto ou serviço. Por isso, os dados do segundo trimestre surpreenderam e, ao mesmo tempo, demonstram o potencial de desenvolvimento da economia brasileira caso as amarras do crescimento sejam desfeitas.

## Bons resultados nas negociações coletivas

O resultado das negociações coletivas também reflete a discreta melhora da condição de vida dos trabalhadores, graças à inflação baixa, a algum crescimento e ao aumento do emprego e da renda. De 217 negociações da data-base julho, registradas no Mediador até 12 de agosto, e analisadas pelo DIEESE, 85,3% resultaram em ganhos reais aos salários, na comparação com o INPC-IBGE. Outras 7,4% conquistaram reajustes iguais à inflação e outros 7,4% ficaram abaixo do índice inflacionário. A variação real média dos reajustes de julho é, no momento, igual a 1,29%. Na análise dos resultados obtidos por 12 categorias selecionadas, destacaram-se as negociações da construção e mobiliário, dos metalúrgicos, rurais e da alimentação, que obtiveram aumentos reais em mais de 80% dos casos, considerando os resultados das últimas 12 datas-bases. O setor de construção e mobiliário apresentou a maior variação real média, com 1,67% acima do INPC, o que é relevante diante de uma inflação acumulada inferior a 4%. É preciso reconhecer a importância desses avanços e, ao mesmo tempo, interpretar a limitação que eles têm, já que os salários são, no geral, muito baixos. O maior piso salarial médio observado entre essas 12

categorias selecionadas, nas últimas 12 datas-bases, é o dos urbanitários, e ficava em R\$ 1.828,16, seguido pelo dos metalúrgicos, R\$ 1.815,00, e dos papeleiros, R\$ 1.778,19.

## Considerações finais

Como visto, com o resultado do PIB no 2º trimestre, de US\$ 2,331 trilhões, o Brasil alcançou a 8ª posição entre as economias mundiais, acima de Itália, Canadá e Rússia. É um salto importante, considerando que, em 2022, o país estava em 11º lugar no ranking. É significativa a diferença da magnitude do PIB do Brasil em relação aos primeiros colocados no ranking mundial, especialmente EUA e China. Se o Brasil deseja melhorar a qualidade de vida da população, é fundamental que produza mais riqueza e promova uma melhor distribuição dessa riqueza. No entanto, crescer não é apenas um desafio técnico, pois depende da correlação de forças no cenário político e econômico.

O movimento sindical e o movimento popular enfrentam a difícil tarefa de combater as *fake news*, amplamente disseminadas nas redes sociais. A desinformação não apenas distorce a realidade, mas também alimenta narrativas que deslegitimam a luta por direitos e a organização coletiva. É fundamental desconstruir a visão hegemônica que perpetua a ideia de que o Brasil ocupa o lugar que lhe cabe, desconsiderando as profundas desigualdades sociais e econômicas que afetam a vida da população.

É imprescindível organizar trabalhadores e trabalhadoras que foram moldados por uma visão individualista e meritocrática, ignorando a história de luta para as conquistas das quais hoje eles se beneficiam. Portanto, os movimentos devem promover uma conscientização crítica, a fim de ressaltar a importância da solidariedade e da ação coletiva.

**DIEESE** DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE  
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

**Escritório Nacional:** Rua Aurora, 957 – 1º andar

CEP 05001-900 São Paulo, SP

Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394

E-mail: [en@dieese.org.br](mailto:en@dieese.org.br)

[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

**Presidente** – Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

**Vice-presidente** – José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP

**Secretário Nacional** – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Executivo** – Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

**Diretor Executivo** – Carlos Andreu Ortiz

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

**Diretora Executiva** – Cecília Margarida Bernardi

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretor Executivo** – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

**Diretora Executiva** – Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretor Executivo** – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

**Diretor Executivo** – José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Diretora Executiva** – Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo** – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

**Diretora Executiva** – Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

**Direção Técnica**

Adriana Marcolino – Diretora Técnica

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

**Equipe Responsável**

Airton Santos

Cesar Andaku

José Álvaro Cardoso

Rafael Montanari Durlo

Patrícia Costa

Thomaz Ferreira Jensen

Patrícia Pelatieri (revisão técnica)